



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



RELATÓRIO AMBIENTAL

Nº 076/2019.

INFRATOR: Francisco das Chagas Silva Trajano

CPF: 182.862.592-20

ENDEREÇO: Rua Mário do Violão, 931 – Liberdade – Boa Vista - RR

OBJETIVO: Relatar os fatos que geraram o Auto de Infração Nº 0002951.

INTRODUÇÃO

Nos dias 30 e 31 de maio de 2019, a equipe de Fiscalização da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - FEMARH composta pelos Analistas Ambientais/Fiscais **José Rodrigues da Silva Júnior e Roberto José de Santana Neto** conduzido pelo motorista **Luiz Fernando Melgarejo Averó**, acompanhados pelos agentes de Polícia Civil **Flavio Maciel de Souza e Ubiracy Jesus Gomes** e por Policiais da Polícia Militar do Cantá, deslocaram-se até o local da denúncia no município de Cantá/RR, com a finalidade de atender o ofício nº 109/19/PJMA/2ºTIT/MPRR.

DOS FATOS

No local da denuncia mencionada no ofício, a equipe de fiscalização iniciou os trabalhos dirigindo-se à vicinal 6, onde constatou que havia acúmulo de água na margem da vicinal, mas, que naquele momento não havia o transbordamento sobre a vicinal.

Com isso, a equipe de fiscalização dirigiu-se ao local possivelmente causador do acúmulo de água. Nesse local – sítio Paraíso, fomos atendidos pelo funcionário do sítio, onde verificou a existência de uma piscicultura.

Dessa forma, a equipe indagou ao funcionário se a atividade seria licenciada, o mesmo apresentou uma licença ambiental e um certificado de regularização emitido pela FEMARH.

Ocorre, que após incursões no empreendimento verificou o acúmulo de água oriundo da construção de paredes de tanques destinados à piscicultura, que encontra-se em pleno desenvolvimento.

Com efeito, observou-se que o acúmulo de água, não atinge somente a vicinal 6, mas também a vicinal 3, que são oriundos respectivamente, das paredes dos tanque 8,9 e 10, e tanque 11.

Assim, embora exista a licença ambiental, a construção das paredes provocou o acúmulo de água o que está em desacordo com licença ambiental emitida.

DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Diante dos fatos mencionados, fez-se necessário a mensuração das áreas envolvidas, onde chegou a 3,306 hectares de área atingida pela água acumulada, nas coordenadas geográficas N 02°14'03,6" e W 060°40'01,3" (vicinal 06) o que gerou o auto de infração nº0002951.



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Ressaltamos, da necessidade imediata da adoção de medidas técnicas adequadas, conforme mencionado no campo 19, do mencionado auto de infração.

DA LEGISLAÇÃO APLICADA AO CASO

Constituição Federal de 1988

Artigo 24, Inciso VI:

Determina que compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção do meio ambiente, controle de Poluição e responsabilidade por danos ao meio ambiente
Artigo 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Lei Federal nº 9.605 de 12 fevereiro de 1998.

Artigo 70 – Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção e recuperação do meio ambiente.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha.

Artigo 60 – Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Decreto nº . 6.514, de 22 de julho de 2008.

Artigo 3º - As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

II – multa simples;

VII – embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas.



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Artigo 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes.


Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

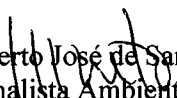
CONCLUSÃO

Diante dos fatos narrados, no dia 31 de maio de 2019, o Senhor Francisco das Chagas Silva Trajano, CPF. 182.862.592-20, na sede da FEMARH, tomou ciência do auto de infração e foi informado do direito ao contraditório e ampla defesa

Com isso, foi multado e área embargada, no valor R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por fazer funcionar atividade em desacordo com a licença obtida", tendo como base legal, o artigo 70 inciso § 1º e artigo 60 caput da Lei 9.605/98 e art.66 caput do Decreto Federal 6.514/08, sendo o auto de infração nº 0002951.

Boa Vista-RR, 04 de junho de 2019.


José Rodrigues da Silva Júnior
Analista Ambiental/Fiscal
Mat. 042052084


Roberto José de Santana Neto
Analista Ambiental/Fiscal
Mat. 042052059



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Vista da água represada pela parede da piscicultura.



Vicinal 06.



GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"



Parede da Psicultura.

[Handwritten signature] *11/12/10*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Av. Ville Roy, Nº 5584 – Centro - Boa Vista - RR – CEP: 69.301-000
Tel.: (95) 3621-2900, ramal:4026, E-mail: pjmeioambiente2@mprrr.mp.br
home page: <http://www.mprrr.mp.br>

OFÍCIO Nº 109/19/PJMA/2ºTIT/MPRR

A Sua Excelência o Senhor
IONILSON SAMPAIO DE SOUSA
Presidente Interino da FEMARH-RR

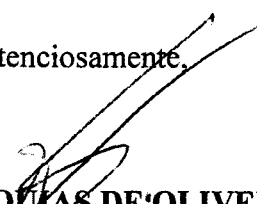
REF.: SÍTIO PARAÍSO – CANTÁ - RR – TRANSBORDAMENTO DE PISCICULTURA.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Por meio do presente, com fulcro no art. 129. III e VI, da Constituição Federal, art. 26, I, “b”, da LCE nº 003/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima), **SOLICITO, NO PRAZO DE 05 (cinco) dias**, o que segue:

- a) Levantamento técnico no Sítio Paraíso, vicinal 03, km 01, Confiança III, Gleba Baraúna, município do Cantá, para o fim de averiguar a situação da piscicultura, que durante o período chuvoso, transborda dificultando e até mesmo impedindo o tráfego pela vicinal da região, conforme documento e vídeo anexo;
- b) Enviar cópia integral do processo administrativo que gerou a expedição do certificado roraimense de regularidade ambiental.

Atenciosamente,


ZEIDEQUIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR
Promotor de Justiça

2º Titular da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente

CONFORME ARTIGO 70 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 9.605/1998 FOI CONSTATADA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA. O ARTIGO 3º DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/2008, FORAM IMPOSTAS AS SEGUINTE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- ☐ ADVERTÊNCIA
 ☒ MULTA SIMPLES
 ☐ MULTA DIÁRIA
 ☐ APREENSÃO
☐ DESTRUIÇÃO/INUTILIZAÇÃO
 ☐ SUSPENSÃO DE VENDA/FABRICAÇÃO/ATIVIDADES
☒ EMBARGO
 ☐ SUSPENSÃO DE VENDA/FABRICAÇÃO/ATIVIDADES

01- CPF/CNPJ 152.862.592.20				02- C. IDENT./TÍTULO DE ELEITOR / C. PROFISSIONAL / PASSAPORTE			
03- NOME DO AUTUADO Francisco das Chagas Silva Trajano				04- NATURALIDADE: Pindamonhangaba - RJ			
05- FILIAÇÃO Francine das Chagas Trajano Meneses/Aubronne Silva Trajano				06- ENDEREÇO Rua Mônica do Violão, 931			
07- TELEFONE 33 736001				08- BAIRRO OU DISTRITO Liberdade			
09- MUNICÍPIO/CIDADE 30a Vista				10- UF RR		11- CEP -	
12- DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO Fazer funcionar obras (construção dos tanques que possibilitam o acúmulo de água até 1000 l) utilizando-se de materiais ambientais potencialmente poluidores em de acordo com a licença 05/10/08. * 3,306 hectares coordenadas geográficas: N 02° 14' 03,6" W 060° 40' 01,3"							
INFRAÇÃO DE ACORDO COM O:							
13- ART.	INCISO/ALÍNEA/§	C/ARTIGO	INCISO/ALÍNEA/§	14-ARTIGO	INCISO/ALÍNEA/§	C/ART.	INCISO/ALÍNEA/§
70	§ 1	60	caput	3º	II/VII	66	caput
16-LEI:	9605/98			17-DECRETO:	6514/08		
18-VALOR DA MULTA	40.000,00						
19-DESCRIÇÃO DAS DEMAIS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS APLICADAS: Fica embargado o área localizada em coordenadas geográficas citadas no campo 12, deste auto. Apresentar o planejamento, até 06 de junho de 2019, medidas técnicas e adequadas que possam reduzir o impacto desta área de infração.							
20-COORDENADAS DO LOCAL DA INFRAÇÃO via campo 12				21-MUNICÍPIO/CIDADE Canta		22-UF RR	
23-HORA DA AUTUAÇÃO 10:55		24-DATA DA AUTUAÇÃO 31/05/2019		25-DATA DE VENCIMENTO DA MULTA 19/06/2019		26-VALOR DECLARADO DOS BENS APREENHIDOS: R\$	
27-ASSINATURA DO AUTUADO							
ARTIGO 103. O AUTUADO PODERÁ NO PRAZO DE VINTE DIAS, DA DATA DA CIÊNCIA DA AUTUAÇÃO, OFERECER DEFESA CONTRA O AUTO DE INFRAÇÃO							
28-ASSINATURAS E CARIMBOS DOS AUTUADES							
José Rodrigues da Silva Júnior Analista Ambiental / Fiscal MCA / FEMARH / RR 04205208-1				Roberto José de Santana Neto Analista Ambiental / Fiscal MCA / FEMARH / RR 042052107			